In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Liberdade de expressão nas redes sociais: reflexões sobre o discurso de ódio contra mulheres

Bruna Fucolo Novack¹, Natalia Vigil Willrich² e Vilmar Pina Dias Júnior³

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas2

¹ Pós-graduanda em Direito Empresarial pela Faculdade Legale, <http://lattes.cnpq.br/4850230151833195>, e-mail: brunanovack@gmail.com

² Pós-graduanda em Direito e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário UniDomBosco/Meu Curso e integrante do Grupo de Pesquisas sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes (GEDIHCA-URCAMP), <http://lattes.cnpq.br/5459635493056509>, e-mail: nataliawillrich@hotmail.com

³ Doutorando em Políticas Sociais e Direitos Humanos (UCPEL) e Mestre em Sociologia (UFPEL), Docente do Curso de Graduação em Direito Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP), <http://lattes.cnpq.br/5140397389354346>, e-mail: vilmardias@urcamp.edu.br

Introdução

A liberdade de expressão é inerente ao ser humano, e um dos direitos basilares de uma sociedade democrática. É por meio dela que o cidadão pode se manifestar plenamente, sem qualquer tipo de controle ou represália por meio dos órgãos de governo ou de indivíduos com ideais diferentes dos seus. Uma sociedade que não conte com a participação ativa de todos os seus membros, livremente, acaba se tornando segregadora de minorias. Além disso, é a garantia do direito à liberdade de expressão que possibilita que haja uma reparação, sempre que tal liberdade não seja respeitada.

Da mesma maneira, o amplo acesso às redes sociais e à internet, como um todo na contemporaneidade, traz a capacidade cada vez maior de qualquer grupo ou pessoa manifestar-se; dá voz a quem, talvez, não tenha a oportunidade de expressão em qualquer outro lugar.

Todavia, tamanha liberdade, acompanhada da facilidade de criação de conteúdo, emissão de informações e possibilidade de anonimato, por vezes acaba encorajando discursos ofensivos, principalmente aos públicos considerados como ‘minorias’ ou historicamente passíveis de preconceito, como no caso das mulheres.

Assim, torna-se imprescindível delinear o que é exercício de liberdade de expressão, exposição de pontos de vista e opinião, e o que é ofensa contra a dignidade de outrem. Além disso, como pode, de certa forma, ser tolhido um direito fundamental quando este for mal utilizado.

A garantia constitucional da liberdade de expressão

A liberdade de expressão é indispensável para o exercício da democracia. Além disso, como comentado por Lembo (2007, p. 168), intrínseca à convivência social. Não se pode conceber uma sociedade realmente democrática, sem que seus indivíduos tenham a capacidade de externar suas opiniões sem constrangimentos. É, segundo Silva (2009, p. 234), na democracia que a liberdade pode se dar de forma mais predominante. O governo que não conta com a participação do povo se corrompe, sendo indispensável um farto debate público acerca de assuntos de interesse geral (MACHADO, 2002, p. 61).

A limitação referida acima é conhecida pela sociedade brasileira, já que foi a ela infligida aos tempos da Ditadura Militar, por meio, no que diz respeito à liberdade de expressão, da censura. Esta traduz-se em ação estatal de indicação ou impedimento da expressão de pessoa ou imprensa. Do mesmo modo, existe a censura indireta, que se expressa no uso desmedido de sanções na defesa de direito à honra alegadamente ultrajado, como também na falta de ação no que diz ao enfrentamento a ataques a meios de comunicação (RAMOS, 2016, p. 551).

No Brasil, atualmente, é adotada a ‘liberdade de expressão responsável’, onde os limites a ela são explícitos, como na vedação ao anonimato, e implícitos, quando há uma ponderação entre ela e os demais direitos (RAMOS, 2017, p. 622).

Segundo Chequer (2011, p. 18), a liberdade de expressão se traduziria em quatro categorias: asseguradora de satisfação individual, instrumento de alcance da verdade, garantidora da participação dos membros da sociedade nas decisões sociais e políticas e gerenciadora entre a estabilidade e a mudança da sociedade.

Na Constituição Imperial, em 1824, já se defendia o conceito de liberdade de expressão, ao dispor, em seu artigo 179, IV, a permissão de publicação de escritos, independente de censura, mas responsabilizando os abusos.

A garantia da liberdade de expressão foi assegurada até a Constituição de 1937. Contudo, ao longo do Governo do Presidente Getúlio Vargas, ela se extinguiu, sendo empregada a censura, como mecanismo que buscava impedir reproduções ou publicações de informações que fossem contrárias às ideias propagadas pelo governo. Já na Constituição de 1946, foi garantida a manifestação de pensamento. A Constituição de 1967, embora não tenha novamente extinto o princípio da liberdade de pensamento, impôs limitações à sua utilização, subordinando-o a preceitos dispostos como de ordem pública e bons costumes.

De outra banda, existem autores que defendem que a censura já ocorrera muito antes disso, já que a ideia de que esta seria apenas a proibição de publicação de textos e imagens é errônea. Em

verdade, a censura é qualquer ação que impeça a manifestação de ideias, independentemente do modo usado, e isto aconteceu no Brasil enquanto colônia de Portugal, já que esta última era uma monarquia, com a Igreja ditando a maneira da organização social. Desta forma, o futuro país era submisso tanto à coroa quanto à Igreja. Ocorreu até mesmo uma forma de censura além de proibição de impressões: a restrição da educação. Já que Portugal dependia do Brasil, temendo desfazer-se de sua possessão colonial, buscou afastá-la de qualquer modo de aprendizado, chegando inclusive a proibir a importação de livros e a fundação de universidades (CARVALHO, 2012, p. 5;11).

Contudo, a Constituição da República Federativa do Brasil protegeu em diversos de seus artigos este direito, tanto no capítulo destinado aos direitos e deveres individuais e coletivos quanto no da comunicação social, onde está disposto que “a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988). Desta maneira, conforme disposto por Ramos (2016, p. 550), este agrupamento de direitos evidencia duas faces da liberdade de expressão: a que garante a expressão de pensamento e a que certifica o direito dos demais terem acesso à manifestação do pensamento de outros.

Sarlet *et al* (2013, p. 452) sustenta que o contido no artigo 5º da Carta Magna de 1988 é uma ‘cláusula geral’ que garante, com outros dispositivos, a liberdade de expressão nas suas inúmeras manifestações: liberdade de comunicação e informação – chamada usualmente de ‘liberdade de imprensa’, liberdade de expressão artística, liberdade de manifestação do pensamento, etc. O referido direito está contido, inclusive, na Lei nº 12.965/2014, conhecida como o ‘Marco Civil da Internet’, que garante, no artigo 19, a liberdade de expressão, impedindo a censura (BRASIL, 2014). De acordo com Ramos (2016, p. 554), inclusive na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, prepondera a ideia liberal da proteção da liberdade de expressão, inclusive na comunicação de massa. Para o referido Tribunal, a soma dos dispositivos constitucionais referentes à ‘Comunicação Social’ manifesta que os meios de comunicação de massa podem persuadir cada indivíduo e ajudam a formar a opinião pública, tornando-se uma ‘instituição-ideia’.

A sociedade contemporânea é formada por diversos grupos sociais. Vivemos em uma sociedade plural, onde deve prevalecer uma expectativa de inclusão. Nessa linha, defende Lenza (2016, p. 1.172) que a igualdade não deve ser almejada somente de modo formal, como também deve ser pretendida a forma material, já que um Estado efetivador dos direitos humanos busca uma igualdade real, distinta daquela somente formalizada na lei. Partindo desse pressuposto, a liberdade de expressão deve agir como garantidora da dignidade humana, não como segregadora de comunidades minoritárias. O direito à citada liberdade é pleno, porém não deve ser, de qualquer forma, incondicional, já que ao colidir com outro direito fundamental, estes devem ser estudados e ponderados (LEAL, 2013).

O preconceito de gênero manifestado como discurso de ódio conta o sexo feminino nas redes sociais

A comunicação por meio da rede mundial de computadores se diferencia das demais pois qualquer pessoa que a ela tenha acesso, poderá emitir e consumir informações. Segundo Lemos (2006, p.39):

Na cultura pós-massiva, que constitui a atual cibercultura, produzir, fazer circular e acessar cada vez mais informação tornam-se atos quotidianos, corriqueiros, banais. Para dar exemplos concretos, podemos dizer que blogs e podcasts tornaram-se novas formas de emissão textual, imagética e sonora pelas quais cada usuário faz o seu próprio veículo.

A internet, como modo de rápida propagação de conteúdo, tem um enorme potencial colaborativo, na medida em que dá voz à grande parte da população que não teria oportunidade de expressão em outro local. As redes sociais servem como ambiente de criação de projetos, parcerias e interação positiva (AGUIAR, 2015, p. 9).

Todavia, tamanha facilidade de formação e prolação de conteúdo, faz com que determinados indivíduos se utilizem da oportunidade de criação e possível anonimato para a

prática de crimes e expressão de discurso de ódio.

Nas palavras do ministro Gilmar Mendes,

Uma das formas mais odiosas de desrespeito aos direitos da pessoa humana é aquela que se embasa no preconceito relativamente às minorias e que se revela no praticar ou incitar a prática de atos e sentimentos hostis em relação aos negros, aos índios, aos judeus, aos árabes, aos ciganos, etc. (BRASIL, p. 77).

Ademais, como disposto por Souza (2011, p. 24), as vítimas do discurso de ódio não passam somente por mero incômodo com ideias esdrúxulas, já que o discurso gera consequências em sua vida pessoal e convivência com os demais grupos sociais.

Conforme defende Potiguar (2009), no discurso de ódio, os indivíduos atingidos não são tratados como pessoas, mas como seres ínferos, que podem ser humilhados e excluídos, assim como historicamente o discurso foi utilizado para justificar a escravidão. A intervenção estatal, com o objetivo de inclusão, é incompatível com a proteção ao discurso do ódio, já que “tal manifestação é em essência segregacionista e tem por objetivo humilhar e calar a expressão das minorias” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 327).

Segundo Souza (2011, p. 27), os efeitos desfavoráveis do discurso de ódio não afetam somente as vítimas, mas toda a sociedade. Os alvos sofrem com o ataque à sua dignidade e autoestima, bem como um possível estranhamento da sociedade e, em decorrência, toda a sociedade torna-se mais fragilizada, na medida em que qualquer tipo de intolerância coíbe uma atuação em comunidade igualitária e saudável. Essas consequências variam, mas é indiscutível que o prejuízo à sociedade é grave e deve ser levado em consideração pelo Estado.

Felisberto (2017, p. 40) destaca que o discurso de ódio exposto nas redes sociais é comumente disfarçado de brincadeiras ou sarcasmo, sendo está ‘camuflagem’ um ponto marcante deste tipo de discurso. O autor também aponta que em muitos casos o discurso não é divulgado e debatido, na intenção de desestimular discussões sobre o desrespeito aos direitos humanos, gerando uma sensação de impunidade e fazendo com que os agredidos reajam também de forma violenta, gerando, assim,

um oscilamento entre as partes, de agredido a agressor. De outra banda, existe o discurso de ódio ‘disfarçado’ de conduta humorística. Ramos (2017, p. 623) considera que se pode distinguir o humor da ofensa por meio da intenção do autor. Caso o desejo do agente seja o divertimento e entretenimento, estaria reconhecida a liberdade de expressão, ainda que a piada seja grosseira ou desprovida de graça. De forma contrária, caso fique claro que a vontade era de insultar, atacar ou menosprezar uma pessoa ou grupo, podem e devem ocorrer limitações à liberdade de expressão.

Freitas e Castro (2013, p. 351) dissertam que a liberdade de expressão tende a aceitar o discurso de ódio como uma manifestação de pensamento, todavia não pode ser utilizada como pretexto para incitação de violência ou dissimular pensamentos de preconceito.

Neste sentido, destaca-se o proferido pelo Ministro Carlos Ayres Britto (BRASIL, 2004):

[...] entendo que exprimir o pensamento é uma coisa, mas, a pretexto de exprimir o pensamento, induzir, incitar, convocar certas práticas racistas, isso já é outra coisa. Quero dizer que pode haver o transbordamento do campo da lídima expressão do pensamento para o campo da ação propriamente dita. Por exemplo, expor uma ideia, conceber uma teoria, defender um ponto de vista, científica ou artisticamente, convenhamos, é liberdade de expressão. Entretanto, se na exposição do pensamento, se contiver uma provocação, uma incitação, um induzimento, uma convocação para a ação propriamente dita, aí já temos o transbordamento da reflexão para a ação.

O discurso de ódio não adveio da internet, porém, como bem destaca Aguiar (2015, p. 39), é por meio dela que este tipo de discurso acaba se ampliando, por duas razões: a liberdade de emissão de conteúdo por qualquer indivíduo e a rapidez com que as informações são propagadas. Cardon (2012, p. 27) observa que os precursores do advento da internet tinham por ideal uma rede de circulação de ideias abertas e tolerantes, todavia, a massificação dela levou a uma multiplicação de embates de grupos com características diferentes. Nos últimos anos, é possível notar casos de discurso nas redes sociais que propagam o machismo, a homofobia, o racismo, a xenofobia. Como a conceituação

do discurso de ódio sempre foi um tema de difícil atenção no poder judiciário, o que ocorre é a classificação como ofensa à honra, ainda que o discurso emitido ataque um grupo social. Entretanto, o discurso de ódio excede a ofensa a um indivíduo específico, desrespeitando todos os elementos de um grupo, utilizando-se como ofensa exatamente a característica que os classifica como tal. Extrapolando o indivíduo, a violência ocorre de forma difusa (MARTINS; VILELA; SOARES, 2016).

O discurso de ódio cometido por meio das redes sociais tem singularidades que aumentam a complexidade do problema. Além da possibilidade de anonimato, existe também a alternativa de se produzir conteúdo de qualquer lugar do mundo, o que acaba encorajando os responsáveis, pois têm a expectativa de falta de consequências. Além do mais, o impacto do discurso de ódio gerado nas redes sociais é maior, visto que se mantém registrado em um local de fácil acesso para uma infinidade de pessoas.

Andrade (2005, p. 88) destaca o controle social histórico da sexualidade feminina, traduzido em expectativas e regras sobre o “comportamento feminino, desde sua reclusão ao âmbito privado, ao cuidado com a imagem de pureza e recato”. O discurso de ódio contra a mulher é um dos mais costumeiros, especialmente quando ela não está dentro dos padrões impostos pela sociedade, seja por questões ligadas à sua sexualidade, ao seu corpo, à sua vida profissional. Silva (2010, p. 567) explica que “vários desses preconceitos podem estar presentes em um mesmo grupo de indivíduos, no qual o imaginário social coletivo tenha tomado esses valores como norma, difundindo-a através da cultura”. O patriarcado é uma das estruturas da sociedade contemporânea, e as dificuldades em refutá-lo são amplamente conhecidas. Desta maneira, a internet e a globalização são desafios à sociedade patriarcal, muitas vezes traduzindo-se em “uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta” (CASTELLS, 2010, p. 172).

Segundo Bourdieu (2003, p. 11), a comunicação depende do poderio simbólico do emissor, servindo, assim, como “função política para imposição ou legitimação de dominação”. Como consequência histórica da criação da sociedade, há discursos que são mais aceitos socialmente, a depender de quem é o emissor. Um exemplo disto é a fala dita com um caráter cristão, que ainda influencia grande parte da população. Desta maneira, estes discursos acabam sendo mais ouvidos e “implantados nas noções

éticas interpessoais”, e os que foram historicamente conceituados como detentores de ideias menos importantes, tendem a ter uma fala com menor poder de influência e acabam, portanto, mais facilmente silenciados ou menosprezados (LEOPOLDO, 1996, p. 57).

Figueira (2009, p. 10) lembra que historicamente as mulheres são ligadas a esferas consideradas inferiores da sociedade, ou a presença de mulheres em uma determinada situação, a inferioriza. De igual maneira, a posição da mulher em cargos de destaque ou importância são comumente ignorados ou tratados de forma condescendente. A referida autora ressalta que isso é uma situação corriqueira em vários cenários do cotidiano, e acabam sendo propagadas por diversas instituições: de ensino, de trabalho, a família. Pessoa et al. (2017, p. 8) comenta que um dos preconceitos que o sexo feminino mais sofre diz respeito a não fazer parte de um padrão de beleza dado pela sociedade e pela mídia. Em textos analisados pela referida autora, esta chama a atenção para o fato de que as expressões utilizadas são puramente xingamentos, sem qualquer base argumentativa ou objetivo além de manifestação de ódio. Torna-se indispensável, na medida da influência do machismo, inclusive propagado em grande parte das vezes por mulheres, a análise e interpretação das hierarquias de gênero como influenciadoras do modo de disseminação, utilização e desenvolvimento da ciência e tecnologia, para que não ocorram, neste âmbito, violência e/ou intimidação (NATANSOHN, 2013, p. 16).

Tradicionalmente, segundo Figueira (2009, p. 24), a ideia que se tem do feminino seria a de reprodutoras naturais, concebendo, de maneira contrária, o homem como aquele que possui a força, a capacidade de formulação de conceitos: inclusive estes, sobre os dois gêneros. Além disso, existe a divisão entre o privado e o público: o que se espera da mulher, geralmente, é cuidar do lar – tendo, inclusive, esta atribuição no significado da palavra no dicionário:

MULHER: 1. Indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época, etc 1.1 aquela que tem sua fisiologia e sua vida genital percebidas como essência do ser humano feminino em sua evolução. 1.1.1. Na puberdade, com a chegada dos ciclos menstruais, quando ovula e pode conceber; entre menina e moça. 21 1.1.1.1 na fase núbil, pronta para casar-se; moça, mocinha. [...] 5.

Companheira conjugal, esposa. 5.1. Companheira, ger. Constante; a outra, amante, concubina. [...] mulher-objeto 7.1. Aquela cuja imagem propaga sucesso. [...] 8.1 fig. Cujas principais funções são cuidar da família, dos afazeres domésticos, etc. 8.2. fig. Fraco fisicamente, sem defesa; apelidado de sexo frágil. 8.2.1 fig. Idealmente belo, o chamado “sexo belo”. 8.2.2. fig. Sensível, delicado, afetivo, intuitivo. 8.2.3 fig. Pej. Insensato, superficial, volúvel. Palavras correlatas: mulher à toa, mulher autoritária, mulher da comédia, mulher da rótula, mulher da rua, mulher da vida, mulher da zona, mulher de amor, mulher de casa, mulher de má nota, mulher de negócios, mulher de programa, mulher de sociedade, mulher de verdade, mulher fatal, mulher honesta, mulher do lar (HOUAISS, 2001, p. 2.432).

Por outro lado, ao homem coube a esfera pública, de tomada de decisões e posições de poder. Cabe lembrar que a imagem que se tem da mulher não decorre especificamente do modo como determinados homens enxergam o feminino: é o que se expõe, muitas vezes, pelas próprias mulheres.

Os meios de comunicação, assim como cumprem a tarefa de conectar o mundo, agem como fortes, senão como principais, influenciadores de pensamento e opinião. As ideias perpassadas por estes meios passam a ter caráter de opinião pública, passando a fazer parte do senso comum. De certa forma, o que é difundido pelos meios modernos de comunicação, sendo parte relevante da socialização dos indivíduos, é tratado como verdade absoluta, e o que lá não está, como inexistente. Portanto, o que é propagado nas redes sociais, não só tem o poder de ferir psicologicamente os atingidos – neste caso, as mulheres – como também faz parte da construção da ideia de feminino, incentivando determinados comportamentos e ações, e desencorajando outros (FIGUEIRA, 2009, p. 91). Isto posto, o que deve ser buscado, é o estímulo de discursos plurais e inclusivos, e compelir os que assim não sejam.

Possíveis limitações à liberdade de expressão como forma de garantia dos demais direitos

Segundo Noso (2011, p. 39) existem “três grandes teorias de argumentação: a da igualdade, a da dignidade humana e a da própria liberdade de expressão”. O autor exalta o cuidado que se deve ter

ao se deparar com conflitos entre direitos fundamentais, e ressalta que o melhor a se fazer é sempre se analisar o que cabe ou prevalece no caso concreto.

Sob o argumento da igualdade, o discurso de ódio tem de ser coibido pois só se concebe a ideia de uma sociedade igualitária quando mesmo os integrantes de uma minoria puderem participar ativamente, e à vontade, de discussões no ambiente político. Desta forma, Meyer-Pflug (2009) defende uma atuação positiva do Estado, adotando ações que visem assegurar a integração destes membros que foram, de alguma forma, excluídos da sociedade.

Noso (2011, p. 40), assevera que

Deve ser assim pois o que está em jogo é toda uma gama de direitos e oportunidades dos grupos excluídos, que poderão encontrar obstáculos se os membros da maioria perpetradora não tiverem restrições [...]. Há um imperativo moral de respeito à dignidade humana. Ela é inerente à personalidade humana; nenhuma lei ou prática social pode destruí-la. Assim, é dever do Estado e da sociedade zelar e cuidar desse direito.

Partindo-se deste pressuposto, é possível a defesa da intervenção estatal nos debates, no sentido de garantia da promoção do discurso de minorias em igualdade de condições com os outros discursos. Desta maneira, o Estado não estaria escolhendo uma preponderância de um discurso sobre outro, mas sim protegendo um deles, dentro de uma esfera inclusiva e democrática (FISS, 2005, p. 99). A falta de punição aos discursos ofensivos, ao mesmo tempo em que fere a liberdade de determinados grupos em um ambiente onde supostamente teriam voz, também dá, a quem os manifesta, um poder sem medidas, baseado na ideia de impunidade, o que pode levar a consequências fora do mundo virtual. Uma sociedade em que houvesse respeito mútuo e aceitação de valores humanistas, seria suficiente para o combate ao discurso de ódio nas redes sociais (COMPARATO, 2011, p. 320).

A linha que separa o direito de se emitir uma opinião de uma conduta ofensiva é muito frágil. Acontecimentos históricos, como o massacre contra os judeus na Segunda Guerra Mundial, demonstram

o potencial destrutivo que o discurso de ódio possui. Some-se a isso a capacidade que a internet dá a qualquer pessoa ser autor do que bem entender, bem como a possibilidade de anonimato, e se forma um grande desafio tanto aos operadores do direito quanto aos usuários que se sentirem lesados.

Conforme leciona Meyer-Plug (2009, p. 99), o discurso de ódio é criminalizado em alguns ordenamentos jurídicos, como o alemão e o francês. Nestes, é entendido que, mesmo que a propagação do discurso não leve, inevitavelmente, à consumação de um crime, “pode levar a uma preparação ou uma predisposição para que elas venham a se consumir”.

Mesmo que no Brasil existam diversas políticas públicas e legislação buscando coibir o preconceito de gênero e proteger a mulher, cenários não legislados, como a internet, “possibilitam a proliferação de ideia retrógradas” deixando a cargo dos proprietários do site ou rede social o poder de controle de informações e levando à demora em processos decorrentes de conteúdos impróprios ou abusivos (FIGUEIRA, 2009, p. 12). A ausência de posicionamento inibitório dos discursos ofensivos contribui para a permanência de rupturas sociais, impossibilitando que grupos minoritários tenham voz ativa, encorajando o ódio contra estas minorias. Uma sociedade que não disponha limites ao discurso de ódio, sendo omissa, acaba por ser cúmplice deste, considerando atitudes como estas, normais (MARTINS; VILELA; SOARES, 2016).

Segundo Potiguar (2009), não é admissível que exista tolerância a qualquer discurso ofensivo, visto que é impossível conceber um debate de ideias sem que exista respeito recíproco entre os emissores, salientando que um ambiente que tolere ofensas não é local para tomada de decisões. Fiss (2005, p. 49) defende uma atuação intensa do Estado, argumentando que não se deve apenas buscar a defesa das minorias, mas também reduzir os direitos das majorias. Noso (2011, p. 45) dispõe que o controle de discursos ofensivos deveria ser feito por órgão independentes, como o Poder Judiciário, já que políticos poderiam se utilizar de restrições para, em última análise, promover o que fosse de seu interesse e restringir o que não o fosse.

Neste sentido, não se deve desatentar para o potencial opressor do Estado, sendo incumbência

do Poder Judiciário, já que desvinculado da esfera política, a vigilância da intervenção estatal, verificando em que ponto está se mostra benéfica para o debate (NOSO, 2011, p. 42).

O cenário brasileiro já contou com políticas públicas que buscavam coibir o discurso de ódio, como o projeto Humaniza Redes, criado pelo Governo Federal em abril de 2015, por meio do Pacto de Enfrentamento às violações dos Direitos Humanos, que tinha por objeto campanhas de prevenção contra o discurso de ódio, através da conscientização e também por meio da possibilidade de denúncias em seu site. Tal projeto foi cancelado no ano seguinte, poucos dias após a mudança de presidência da República.

O Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, foi a primeira legislação brasileira tratando da internet, e estabelece os direitos e deveres de provedores e usuários, e dispõe sobre a responsabilidade civil dos últimos. A referida legislação defende os direitos humanos, o respeito à liberdade de expressão e a pluralidade e diversidade. Todavia, seu artigo 19 dispõe que, especialmente para proteção da liberdade de expressão e forma de impedimento à censura, os provedores de sítios da internet somente poderão ser responsabilizados por danos decorrentes de conteúdos criados por terceiros, caso não tomem providências para tornar o conteúdo indisponível, após ordem judicial específica (BRASIL, 2014). Nos últimos anos, além da busca por uma maior conscientização da necessária defesa aos direitos humanos, os modos de produção de prova encontram-se mais simplificados e acessíveis, na medida em que inclusive capturas de tela de telefone celular vêm sendo aceitas como prova de ilícitos.

Hodiernamente, tramita um projeto de lei – PL. 323/2017 (para alterar o Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014) – de autoria do Senador Paulo Bauer, que visa combater especificamente discursos que incitem ódio, discriminação, preconceito ou violência contra pessoa ou grupo de pessoas. Além disso, tal projeto pretende responsabilizar de forma subsidiária o provedor que não retire o conteúdo preconceituoso gerado, após o recebimento de notificação. Dispõe, inclusive, multa para provedores que violem tal disposição, de acordo com a proporção de 5% de seu próprio faturamento.

Além disso, em abril de 2018, foi promulgada a Lei Ordinária nº 13.642, que altera a Lei nº 10.446/2002, acrescentando às atribuições da Polícia Federal a investigação de “quaisquer crimes

praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres”. Fruto de projeto de lei de autoria da Deputada Luizianne Lins (PT/CE), a vigência de tal legislação demonstra enorme progresso e empenho, ao menos por parte dos legisladores pátrios, na defesa de direitos humanos e direitos das mulheres, buscando coibir as novas formas de ofensa a direito.

Considerações finais

A liberdade de expressão é indispensável para o respeito à diversidade de opiniões, ideais e imprescindível para uma sociedade de igualdade e tolerância. Por outro lado, tal liberdade deve ser utilizada como garantidora de pluralidade de discursos, não como segregadora de determinados grupos sociais, o que acaba ocorrendo por meio do discurso de ódio. Quando este ocorre através das redes sociais acaba não só atingindo ainda mais indivíduos, como também indo ao encontro de mais pessoas que compartilham dos mesmos preconceitos, arraigados na cultura, de que as mulheres serviriam como donas de casa, portadoras de ideias menos relevantes, etc. Os meios de comunicação modernos, como influenciadores que são, acabam por propagar ideias que vêm tentando ser combatidas com muita luta ao longo do tempo, inclusive com as próprias mulheres, muitas vezes, como autoras do discurso. Destaca-se o caráter destrutivo do discurso de ódio, na medida em que os efeitos não são sentidos somente pelas vítimas, mas por todos ao seu redor e por toda a sociedade, já que qualquer ato de intolerância coíbe uma comunidade igualitária e saudável.

Desta maneira, torna-se imprescindível uma atuação mais incisiva por parte do Estado, não só por meio de políticas públicas, como também pelo aumento de políticas que visem elevar a conscientização da igualdade e respeito entre os sexos e pela criação (ou promulgação) de legislações que busquem combater especificamente o discurso de ódio. Importante notar que a ausência de legislação específica já vem sendo combatida, tendo o exemplo da recente Lei 13.642/2018, que inclui

nas atribuições da Polícia Federal a investigação de conteúdos com potencial ofensivo contra as mulheres, propagados por meio das redes sociais.

Não se deve, entretanto, deixar de recordar o potencial repressivo e controlador do Estado. Daí porque qualquer intervenção deve ser tratada com extremo cuidado por quem de direito, e com apurada atenção por toda a sociedade, na medida em que os órgãos de governo podem ser os maiores garantidores da liberdade de expressão consciente, como também seus maiores violadores, não só por meio da eliminação de determinados discursos, bem como por meio da promoção de outros, que sejam considerados como mais vantajosos de serem propagados, de acordo com os interesses individuais de quem no poder de decisão.

Referências

AGUIAR, Cássio Rodrigo. **Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais**: a figura pública no centro dos ataques. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Soberania Patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, nº 50, jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. 40. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2014.

_____. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 17 abr. 2021.

_____. **Lei Nº 13.642, de 3 de abril de 2018**. Altera a lei nº 10446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13642.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão no Habeas Corpus 82.424/RS**. Relator: CORRÊA, Maurício. Publicado no DJ de 19-03-2004. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CARDON, Dominique. **A democracia na internet: Promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARVALHO, Julia. **Amordaçados: Uma história da censura e de seus personagens**. Barueri: Manole, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação, sociedade e cultura**. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CHEQUER, Cláudio. **A liberdade de expressão como direito prima facie – análise crítica e proposta de revisão ao padrão jurisprudencial brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direito, moral e religião no mundo moderno**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FELISBERTO, Willian de Souza. **Análise do discurso de ódio, intolerância e preconceito na rede social Facebook**. Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologias da Informação e Comunicação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FIGUEIRA, Janaina Moreira. **A mulher caiu na rede: representações de mulher nos vídeos do Youtube**. Trabalho de Conclusão de Curso em Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FISS, Owen M. **A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública**. Trad. e Pref. Gustavo Binenbojm e Caio Mário da Silva Pereira Neto. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Mateus Felipe de. **Liberdade de Expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEAL, Luziane de Figueiredo Simão. **Da censura à plena liberdade de expressão: limites e colisão de direitos nas redes sociais**. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4ddcf81ffc4375a8>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEMBO, Cláudio. **A pessoa: seus direitos**. Barueri: Manole, 2007.

LEMO, André. **Cibercultura como território recombinate**. 2006. Disponível em: <<http://www.com.ufv.br/cibercultura/wp-content/uploads/2014/02/01.-Andr%C3%A9-LemosCibercultura-como-Territ%C3%B3rio-Recombinante.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEOPOLDO, Franklin. A dimensão ética da palavra. **Tempo Social, Revista Sociológica USP**, São Paulo, vol. 8, p. 53-66, 1996.

MACHADO, Jónatas E. M. **Liberdade de Expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social**. Portugal: Coimbra Editora, 2002.

MARTINS, Andressa Freitas; VILELA, Gabriel Oliveira; SOARES, Marina Agapito. **As perspectivas da jurisprudência sobre o discurso de ódio nas redes sociais**. Artigo científico publicado no IX Encontro da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação. 2016. Disponível em: <[file:///D:/As%20perspectivas%20de%20jurisprudência%20sobre%20discurso%20de%20ódio%20nas%20redes%20sociais%20-%20VERSÃO%20FINAL%20\(2\).pdf](file:///D:/As%20perspectivas%20de%20jurisprudência%20sobre%20discurso%20de%20ódio%20nas%20redes%20sociais%20-%20VERSÃO%20FINAL%20(2).pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NATANSOHN, Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NOSO, Regis Tadao. **A liberdade de expressão e o discurso do ódio**. Monografia em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PESSOA, Ana Rachel Almeida; CAVALCANTE, Iluska Normando; DINIZ JUNIOR, Tarcísio Benício; MENDES, Luís Augusto de Carvalho; MENDES, Patrícia Monteiro Cruz. **Gaga versus Haters: uma análise do preconceito de gênero nos discursos de ódio**. 2017. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2037-1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

POTIGUAR, Alex Lobato. **Igualdade e liberdade**: a luta pelo reconhecimento da igualdade como direito à diferença no discurso do ódio. 2009. Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, Júlio Cesar Casarin Barroso. **Democracia e Liberdade de Expressão**: contribuições para uma interpretação política da liberdade de palavra. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Sergio Gomes da. Prejudice and discrimination: the bases of violence against women. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 556-571, 2010.

SOUZA, Victor Oliveira. **O direito à igualdade e à não-discriminação diante do discurso do ódio**. Monografia de Bacharelado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.